

AVALIAÇÃO DA AUTOMEDICAÇÃO EM ACADÊMICOS DE FARMÁCIA DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DE VIÇOSA, MG

Karen Vitor Carvalho¹; Laura Jorge Mol²; Mariana Zinato Gomes²; Gabriela Silva Santana¹; Rogério Pinto³

Resumo: *O uso racional de medicamentos tornou-se um dos pilares da saúde pública. Nesse contexto, há grande preocupação com a prática de automedicação. O objetivo deste trabalho foi verificar o comportamento dos acadêmicos do Curso de Farmácia de uma instituição de ensino superior de Viçosa, MG, em relação à prática da automedicação, comparando a postura dos iniciantes com a dos concluintes. Foi aplicado um questionário estruturado aos 55 discentes, sendo 20 ingressantes e 35 concluintes. Observou-se que 83,6 % são adeptos à automedicação, sendo a principal justificativa já ter experiência com o medicamento; e 87,3 % consideram essa ação incorreta. Nas instituições de ensino, os alunos do Curso de Farmácia devem ser instruídos sobre o risco/benefício da automedicação, contribuindo para o uso racional de medicamentos e preservação da saúde da população.*

Palavras-chave: *automedicação; medicamentos; saúde pública; uso racional.*

¹Bolsistas de Iniciação Científica - FACISA/UNIVIÇOSA - FARMAPET, Viçosa, MG; e-mail: karenzinhavc@yahoo.com.br; ²Acadêmicas do curso de farmácia - FACISA/UNIVIÇOSA - FARMAPET, Viçosa, MG; e-mail: gomes.zinato.mariana@hotmail.com; ³Professor - FACISA/UNIVIÇOSA - FARMAPET, Viçosa, MG; e-mail: zootecnistarpinto@gmail.com

Introdução

Os medicamentos tornaram-se indispensáveis na terapêutica atual e com o aumento da disponibilidade desses no Brasil e, em todo mundo, surgiu uma preocupação relacionada ao seu uso racional. Essa racionalidade de medicamentos se tornou um dos pilares da saúde pública. Um fator relacionado, bastante discutido na cultura médico-farmacêutica, e tido como especialmente preocupante no Brasil é a automedicação, que é prática comum, vivenciada por civilizações de todos os tempos; entretanto, com características peculiares a cada época e a cada região (ARRAIS *et al.*, 1997). A automedicação é forma comum de autoatenção à saúde, em que o próprio paciente ou o responsável dele decide qual fármaco utilizar, com a finalidade de tratar ou aliviar sintomas ou doenças percebidos, ou mesmo de promover a saúde, independentemente da prescrição médica. Várias são as maneiras de tal ato ser praticado: a indicação de medicamentos por pessoas não habilitadas, compartilhar remédios com outros membros da família ou do círculo social, reutilizar antigas prescrições ou descumprir a prescrição profissional (VILARINO *et al.*, 1998). Aquino, Barros e Silva (2010) afirmam que a automedicação é uma necessidade, tendo inclusive uma função complementar aos sistemas de saúde, particularmente em países pobres. Porém, no Brasil, de acordo com a Associação Brasileira das Indústrias Farmacêuticas, cerca de 80 milhões de pessoas são adeptas à automedicação, à má qualidade da oferta medicamentosa, ao não cumprimento da obrigatoriedade da apresentação da prescrição; a carência de instrução da população em geral justifica a preocupação com a qualidade da automedicação praticada (ARRAIS *et al.*, 1997). É indispensável que haja uso racional; ou seja, consumo do medicamento apropriado à situação clínica nas doses e

posologias corretas, por um período de tempo adequado e ao menor custo para si e para a comunidade. A automedicação inadequada, assim como a prescrição errônea, pode ter como consequência efeitos indesejáveis, enfermidades iatrogênicas e mascaramento de doenças evolutivas (TOMASI et al., 2007).

Considerando que o farmacêutico é o profissional cuja formação aborda a composição, os efeitos farmacológicos e deletérios dos medicamentos e que esse tem como competência atuar em todos os níveis de atenção à saúde, os objetivos deste trabalho foram verificar o comportamento dos acadêmicos do Curso de Farmácia da Faculdade de Ciências Biológicas e da Saúde, em relação à prática da automedicação, comparando a postura dos iniciantes com a dos concluintes e avaliar a influência do maior conhecimento e da proximidade de ingressar no mercado de trabalho.

Material e Métodos

Após a aprovação do estudo no Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências Biológicas e da Saúde e o consentimento escrito dos alunos, em novembro de 2010, os dados foram coletados. Aplicou-se um questionário estruturado, composto por nove questões, a uma amostra de 55 estudantes, sendo 20 ingressantes e 35 concluintes. Esses dados foram analisados com o auxílio do programa Microsoft Excel.

Resultados e Discussão

Foram entrevistados 55 discentes, sendo 71 % do sexo feminino e 29 %, do masculino. Os alunos do oitavo período, considerados concluintes por já terem cursado todas as disciplinas da grade curricular, representaram 64% do total; e os

ingressantes, alunos do segundo período, os 36 % restantes. Do total de entrevistados, 83,6 % afirmaram ser adeptos da automedicação e 61,8 % responderam ter utilizado algum medicamento dessa maneira nos últimos 90 dias. Ainda nesse contexto, 56,4 % admitiram frequência intermediária e 21,8 %, uma parcela significativa, relataram exercer automedicação constantemente. A indicação dos medicamentos foi em 55,8 % por familiares e 19,2 % por balconistas de farmácia. No Gráfico 1, estão as justificativas atribuídas à autoatenção. Entre os ingressantes, apenas 45 % justificaram se automedicar por já ter experiência com os medicamentos, enquanto 85 % dos concluintes optaram por esse argumento. Vilarino et al. (1998) afirmam que o acúmulo de conhecimento geral, incluindo aqui experiência de vida, torna o indivíduo mais confiante e seguro para se automedicar.

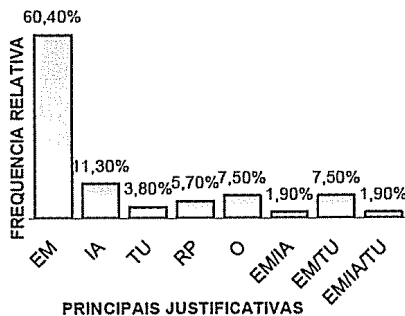


Gráfico 1: Principais justificativas para a automedicação, experiência com o medicamento (EM), indicação de alguém (IA), todos usam (TU), reutilização de prescrições (RP), outros (O), experiência com o medicamento/ indicação de alguém (EM/IA), experiência com o medicamento/ todos usam (EM/TU) e experiência com o medicamento/ indicação de alguém/ todos usam (EM/IA/TU).

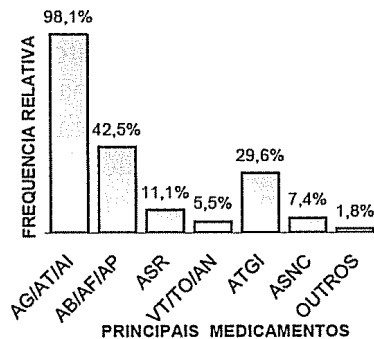


Gráfico 2: Os principais medicamentos utilizados habitualmente por automedicação, analgésicos/ antitérmicos/ antiinflamatórios (AG/AT/AI), antibióticos/ antifúngico/ antiparasitários (AB/AF/AP), medicamentos com ação no sistema respiratório (ASR), vitaminas/ tônicos/ antianêmicos (VT/TO/AN), com ação no trato gastrointestinal (ATGI), com ação no sistema nervoso central (ASNC) e outros.

Os grupos de medicamentos habitualmente ingeridos por automedicação podem ser observados no Gráfico 2. Dentre os concluintes, 23,5% relataram utilizar medicamentos de três ou mais classes, frente a 15 % dos ingressantes. Nota-se que os mais usados foram os analgésicos, antitérmicos e anti-inflamatórios, como também foram encontrados nos trabalhos de Arrais et al. (1997) e Vilarino et al. (1998). Observou-se o uso de medicamentos com ação no sistema nervoso central, o que é preocupante, pois esses só devem ser utilizados com prescrição médica, pois podem gerar dependência.

De acordo com os dados, 98,2 % dos discentes afirmaram ter alívio dos sintomas com os medicamentos utilizados por automedicação. É de se esperar que a população procure se automedicação quando os sintomas provêm de doenças de remissão espontânea e afecções paroxísticas e cíclicas, enquanto os sintomas crônicos, de difícil controle, levam a procurar o médico (VILARINO et al., 1998). Apesar de a grande maioria ser adepta a essa autoatenção à saúde, 87,3 % consideram a ação incorreta. Comparando ingressantes e concluintes, 20 % dos iniciantes são a favor dessa prática e apenas 8,6%, dos concluintes, justificado pelo maior conhecimento dos alunos de período mais adiantado das possíveis consequências como contra-indicações e efeitos colaterais dos medicamentos, conforme exposto por Chehuen Neto et al. (2006).

Em relação ao uso de antibióticos, 85,5 % dos entrevistados relataram utilizar a quantidade correta, pelo período indicado, não interrompendo o tratamento com a melhora dos sintomas. Em contrapartida, esses relataram usar os antibióti-

cos por automedicação, o que caracteriza uso irracional. Cabe ressaltar que a resistência antimicrobiana constitui se, atualmente, a despeito dos avanços da medicina, num dos maiores problemas de saúde pública. Alguns dos fatores que contribuem para o aumento do número de cepas resistentes são o uso excessivo, de forma indiscriminada, e o não cumprimento do regime posológico (CORRÊA, 2007).

Conclusão

Observou-se elevada prevalência de automedicação, justificada pela grande maioria dos discentes como consequência do conhecimento e da experiência que possuem em relação aos medicamentos. A maioria desses alunos relatou considerar essa prática incorreta, evidenciando que apesar da frequência em que se automedicam, consideram que essa prática pode ter consequências desagradáveis e deve ser evitada. Afirma-se, portanto, que nas instituições de ensino superior, os alunos do Curso de Farmácia devem ser instruídos sobre o risco/benefício da automedicação, o que contribui para o uso racional de medicamentos e preservação da saúde da população. Essa prática pode ser importante ferramenta de atenção primária à saúde.

Referências

- AQUINO, D. S. et al. A automedicação e os acadêmicos da área de saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, v.15, n.5, p. 2533-2538, 2010.
- ARRAIS, P. S. D. et al. Perfil da automedicação no Brasil. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 71-77, fev. 1997.

- CHEHUEN NETO, J. A. et al. Automedicação entre Estudantes da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Juiz de Fora. HU Rev., v.32, n.3, p.59-64, jul./set. 2006.
- CORRÊA, L. Restrição do uso de antimicrobianos no ambiente hospitalar. Educação Continuada e Saúde, v.5, n.2 pt 2, p.48-52, 2007.
- TOMASI, E. et al. Condições de trabalho e automedicação em profissionais da rede básica de saúde da zona urbana de Pelotas, RS. Revista Brasileira de Epidemiologia, v.10, n.1, mar. 2007.
- VILARINO, J. F. et al. Perfil da automedicação em município do sul do Brasil. Revista de Saúde Pública, v. 32, n. 1, Fev. 1998.